

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
11

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES | |
| José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903041 | |
| CAPÍTULO 2 | 13 |
| AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS | |
| Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903042 | |
| CAPÍTULO 3 | 19 |
| CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I | |
| Paulo Rosas dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903043 | |
| CAPÍTULO 4 | 30 |
| FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO | |
| Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903044 | |
| CAPÍTULO 5 | 36 |
| GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR | |
| Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903045 | |
| CAPÍTULO 6 | 48 |
| O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA? | |
| Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903046 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 60 |
| POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO | |
| João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903047 | |
| CAPÍTULO 8 | 68 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA | |
| Vicente de Paulo Morais Junior | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903048 | |
| CAPÍTULO 9 | 79 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR | |
| Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago | |
| DOI 10.22533/at.ed.1251903049 | |
| CAPÍTULO 10 | 93 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO | |
| Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030410 | |
| CAPÍTULO 11 | 105 |
| PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR | |
| Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030411 | |
| CAPÍTULO 12 | 118 |
| DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO | |
| Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030412 | |
| CAPÍTULO 13 | 128 |
| POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL | |
| Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030413 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14 | 141 |
| POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES | |
| Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030414 | |
| CAPÍTULO 15 | 149 |
| PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS | |
| Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030415 | |
| CAPÍTULO 16 | 159 |
| PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA | |
| Juliana A. D. da Silveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030416 | |
| CAPÍTULO 17 | 168 |
| PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA | |
| Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030417 | |
| CAPÍTULO 18 | 178 |
| PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP | |
| Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030418 | |
| CAPÍTULO 19 | 190 |
| PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO” | |
| Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030419 | |

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 26 | 263 |
| QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM | |
| Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes | |
| José Vinícius Lopes da Silva | |
| Rodrigo e Silva Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030426 | |
| CAPÍTULO 27 | 272 |
| RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS | |
| Helena Müller de Souza Nunes | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030427 | |
| CAPÍTULO 28 | 288 |
| REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO | |
| Vanessa Alexandre de Souza | |
| Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030428 | |
| CAPÍTULO 29 | 301 |
| RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS | |
| Emillia C. Gonçalves dos Santos | |
| Luciano Godinho Almuinha Ramos | |
| Yasmin Saba de Almeida | |
| Márcia Cristina Alves Bezerra | |
| Rafael dos Santos Costa | |
| Aldenora Santana de Oliveira | |
| Caroline Brelaz Chaves Valois | |
| Boaz Ramos de Avellar Júnior | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030429 | |
| CAPÍTULO 30 | 318 |
| PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII | |
| Gladstone Barbosa Soares | |
| Maria do Carmo Lima | |
| Vilma Maria da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030430 | |
| CAPÍTULO 31 | 327 |
| OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS | |
| Fernando Gregorio da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.12519030431 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 339 |

RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS

Emillia C. Gonçalves dos Santos

Professora da disciplina de Enfermagem em Unidades de Maior Complexidade. Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da EEAAC-UFF. Niterói - RJ. **Graduação** em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). **Residência** em Enfm Clínica Médica e Cirúrgica pela UNIRIO.

Licenciatura em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem do Porto, Portugal.

Especialista em Enfermagem Intensiva de Alta Complexidade pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). **Mestre** em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa (EEAAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Luciano Godinho Almuinha Ramos

1º Tenente RM2 da Marinha do Brasil. Encarregado da Divisão de Ensino Médio da Escola de Saúde da Marinha do Brasil. Graduado em Enfermagem pela EEAAC/UFF. Niterói, RJ. Especialista em Enfermagem Oncológica pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), Rio de Janeiro, RJ. **Mestre** em Ciências do Cuidado em Saúde pela Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa (EEAAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Yasmin Saba de Almeida

Graduada em Enfermagem pela EEAAC/UFF. Niterói, RJ.

Márcia Cristina Alves Bezerra

Graduada em Enfermagem pela EEAAC/UFF. Niterói, RJ.

Rafael dos Santos Costa

Enfermeiro da Secretaria Estadual de Saúde de Manaus, Amazonas (SUSAM). Graduado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Manaus da Universidade Federal do Amazonas (EEM-UFAM). Especialista em Enfermagem em Suporte Avançado de Vida - Urgência e Emergência (EEM-UFAM). Manaus, Amazonas, Brasil.

Aldenora Santana de Oliveira

Preceptora de estágio do curso Técnico de Enfermagem. Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), Manaus, Amazonas (AM). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro de Pós-graduação Avant, Manaus, AM.

Caroline Brelaz Chaves Valois

Enfermeira da Secretaria Estadual de Saúde de Manaus, Amazonas (SUSAM). Graduada em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Manaus, Universidade Federal do Amazonas (EEM-UFAM). Especialista em Enfermagem em Suporte Avançado de Vida - Urgência e Emergência (EEM-UFAM). Manaus, Amazonas, Brasil.

Boaz Ramos de Avellar Júnior

Médico da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá -RJ Graduado em Medicina pela Universidade Gama Filho. Especialista em Cardiologia pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Mestre em Gestão de Sistemas em Engenharia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMO: No presente ensaio temos como foco tecer algumas reflexões teóricas acerca do poder e das relações de poder que podem influenciar as relações de ensino-aprendizagem. Discorre-se sobre o poder por meio de um conceito universal, em que esses poderes assumem formas institucionalizadas e sempre subordinadas ao poder supremo, o político – até as decisivas contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que evidenciaram que as relações de poder não se restringem somente ao nível macro, mais visíveis, mas também ao nível micro (moleculares), invisíveis e simbólicos. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, que é recorte de projeto de dissertação de mestrado desenvolvido na Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense. Entende-se a necessidade de pensar a subjetividade do sujeito, considerando-se como os limites profissionais são estabelecidos e mantidos e quais são os efeitos dessas relações para os sujeitos envolvidos, uma vez que relações de poder são definidas em transformações contínuas.

PALAVRAS-CHAVE: poder, sociedade, relações sociais.

ABSTRACT: In this essay, we focus on some theoretical reflections about power and power relations that can influence teaching-learning relationships. Power is discussed through a universal concept, in which these powers assume institutionalized forms and always subordinate to supreme power, the political power - to the decisive contributions of Michel Foucault and Pierre Bourdieu, who have shown that power relations are not restrict only to the macro level, more visible, but also at the micro (molecular), invisible and symbolic level. This is a qualitative, exploratory and descriptive study, which is a dissertation project cut out developed at the Afonso Costa Aurora Nursing School of the Federal Fluminense University. It is understood the need to think about the subjectivity of the subject, considering how the professional limits are established and maintained and what are the effects of these relations for the subjects involved, since power relations are defined in continuous transformations.

KEYWORDS: power, society, social relations.

1 | INTRODUÇÃO

O que é poder? A essa indagação dispõem-se sem numero de respostas, pois o termo está em constante evidência social e carregado de significados. Observamos discussões fabricadas sobre os poderes políticos, sobre “quem pode mais”, quem possui domínio, força, “direito” sobre algo. Em nível semântico, podemos encontrar mais de trinta conceitos de poder. *Poder* é um termo polissêmico; e sua utilização requer parcimônia. Além disso, o poder é uma categoria analítica central nas ciências humanas mas que se extende e expande para adjacências e opostos. Não pode ser entendido como um termo fechado e imóvel pois conforme a ciência avança em níveis teóricos e empíricos, movimenta-se (BRAGHIN, 2017).

Poucas iniciativas têm sido desenvolvidas no sentido de se travar novos questionamentos e novas perspectivas teóricas que permitam ir além de uma

concepção de poder já legitimada no campo da Ciência Política. Muitos estudos apresentam novas abordagens, ou ainda, novas perspectivas de se entender o que é, e como se manifesta o poder, ou, as relações de poder, e que permitiriam perceber os fenômenos políticos através de novas lentes. (FURTADO, 2013).

Não obstante, o poder é um fenômeno cujo conceito tem sido amplamente discutido nos estudos organizacionais, bem como em diversas outras disciplinas das ciências sociais. Com o crescimento das organizações passa a haver cada vez mais estruturas, tarefas e habilidades fragmentadas e especializadas, posições funcionalmente diferenciadas e conhecimento codificado, armazenado, avaliado e dividido, exigindo a criação de estratégias para o direcionamento comum da organização e para ofuscar problemas e conflitos decorrentes da divisão do trabalho (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2005).

Comumente, encontram-se abordagens teóricas do poder em posições antagônicas, como a funcionalista e crítica, as quais são as preponderantes. A corrente funcionalista apresenta caráter gerencialista e percebe o poder como um ente que deve ser revogado das organizações. Desta maneira, deveria ser um elemento informal, distribuído na organização e dispensado aos grupos dentro de formatos não oficiais (HARDY; CLEGG, 2001).

Por este prisma, os interesses administrativos são consoantes com os da organização. Igualmente, o bom funcionamento (da empresa) depende de que os empregados sejam conduzidos de forma a não manifestarem interesses díspares aos dela. Essa questão é reconhecida como um aspecto político inerente à organização, de caráter informal e ilegítimo.

A escola funcionalista acredita não ser necessária a atividade política quando não há oposição ou desacordo dentro da organização. Além disso, defendem a ilegitimidade e o caráter disfuncional do uso do poder, interessando-se em conhecer quem detém o poder, de que forma ele é obtido, e quais configurações apresenta (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2005). A visão funcionalista do poder, para Hardy e Clegg (2001), não é capaz de explicar por que existem interesses divergentes manifestos nas organizações. Na verdade, nem mesmo chega a reconhecê-los como legítimos. Assim, os pressupostos funcionalistas indicam que “apenas ‘as pessoas más’ fazem uso do poder; as ‘pessoas boas’ usam alguma outra coisa, embora a literatura não seja clara sobre exatamente que coisa seria essa” (HARDY; CLEGG, 2001, p.10-11).

Por outro lado, a corrente crítica dos estudos sobre poder reconhece a existência de conflitos de interesses nas organizações os quais servem a alguns grupos, mas não a todos. Nesse caso, acredita-se também na possibilidade de manifestação da resistência de alguns dominados à dominação (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2005).

Steven Lukes (1980) procura aprofundar este debate sistematizando o conceito de Poder de orientação subjetivista em três visões por ele denominadas: unidimensional (pluralista) bidimensional (teóricos da não-decisão) e tridimensional. Para Lukes a visão tridimensional do Poder é a que apresenta uma análise mais profunda ao criticar

o foco essencialmente comportamentalista das duas primeiras, nas quais apenas os conflitos observáveis são levados em consideração para determinar uma relação de Poder.

O Poder pode ser definido enquanto agentes (indivíduos ou grupos) que afetam significativamente pela ação ou inação os pensamentos ou ações de outros de um modo contrário aos seus próprios interesses. Relativamente aos autores que compõem a corrente crítica modernista, Hardy e Clegg (2001) destacam Lukes (1980), o qual traçou os avanços no estudo do poder realizados na ciência política.

A sistematização conceitual do Poder elaborada por Steven Lukes (1980) pode ser esquematizada da seguinte forma:

a) Visão unidimensional. A visão unidimensional do poder parte de autores designados pluralistas (subjativistas), cujo principal representante é Robert Dahl (1969) e que se caracteriza pelo poder de decisão e pelos conflitos observáveis.

b) Visão bidimensional. A visão bidimensional do poder foi construída sob a forma de crítica à visão unidimensional, e tem como representantes Bachrach e Baratz (1970) e que apresenta como diferencial os elementos da não-decisão, da agenda decisória, da mobilização do preconceito e dos conflitos observáveis ou latentes.

c) Visão tridimensional. A terceira visão do poder permite efetuar uma análise mais aprofundada e satisfatória das relações de poder do que as outras duas (unidimensional e bidimensional). Nessa terceira dimensão do poder, Lukes (1980) focaliza sua atenção nos mecanismos sociais e de classe que perpetuam o *status quo* e são usados pelas classes dominantes para apoiar e justificar sua dominação material. Entretanto, seu trabalho é alvo de críticas por falhar em conceber o poder sob a forma de suas relações, encarando-o apenas como um bem, uma capacidade que é possuída e não exercida.

A percepção desenvolvida pelo autor considera padrões estruturados social e culturalmente, os quais interferem nas condutas dos atores e na formação das suas preferências. Estas podem ser conscientes ou inconscientemente escolhidas.

Com a evolução dos estudos sobre poder nas organizações, novas linhas de trabalho têm se mobilizado e indagado acerca da perspectiva funcional e das suposições modernistas da teoria crítica. Essas escolas de pensamento, apesar de não terem sido capazes de oferecer uma perspectiva de ligação entre os estudos funcionalistas e críticos sobre o poder, vislumbram uma visão do poder por meio de suas relações. Emerge em diversos campos epistemológicos das ciências sociais e mais particularmente, nas ciências que estudam as organizações.

O Poder se manifesta de forma a manter o preconceito do sistema também por condicionantes objetivistas, por meio de uma estruturação comportamental socialmente definida e/ou padronizado culturalmente. Os teóricos da não-decisão consideram uma relação de poder somente onde ele é exercido em condições de conflito. Desta maneira, o indivíduo X pode moldar, influenciar ou determinar os desejos de Y, mediante controle da informação, meios de comunicação e processos

de socialização, por exemplo. Por esta perspectiva, a não tomada de decisão não pode ser contemplada onde só existam queixas. Sem questionamentos pressupõe-se que há consenso genuíno. Todavia, pode haver o pseudo-consenso, manipulado com finalidade de moldar concepções e preferências. Desta feita, considera-se não apenas o conflito observável, mas o conflito latente, e é por este motivo que designa a visão tridimensional do Poder de radical, por crer que ela compreende que os desejos humanos (LUKES, 1980).

Melo (1991) acredita que seja necessário mais que simplesmente analisar o poder mediante a concepção do jogo como um instrumento da ação organizada, faz-se necessária uma observação mais acurada das ações não verbais, das atividades no cotidiano e involuntárias, acompanhada da obtenção de confissões e de significados via métodos capazes de captar as subjetividades, as verdadeiras raízes dos comportamentos individuais e coletivos, o universo simbólico humano. Considerando-se a argumentação de Melo (1991), a noção de poder simbólico cunhada por Bourdieu (2015) parece envolver aspectos mais abrangentes acerca dos sistemas de dominação que permeiam os sistemas sociais.

2 | METODOLOGIA

Estudo qualitativo, exploratório e descritivo. Para Triviños (2015, p.25-26) “o estudo descritivo pretende descrever “com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura. De forma semelhante, Gil (2008) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Trata-se de um recorte de projeto de dissertação de mestrado desenvolvido na Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense. Para delineamento de um referencial teórico a ser utilizado em pesquisas relacionadas a relações de poder no processo educativo, foi indispensável investigar teorias de poder de diferentes estudiosos em busca de conceitos que viessem ao encontro das necessidades de análise.

Ao longo do levantamento preliminar da referida investigação, durante a fase de definição de referencial teórico da pesquisa, foi realizada ampla busca sem recorte temporal na ferramenta de pesquisa Scholar Google tendo em vista artigos de periódicos nacionais em Ciências Humanas e Sociais.

Foram selecionadas pesquisas e autores com produção de estudos sobre poder

e relações de poder cujas investigações apresentassem características didáticas de cunho descritivo e explicativo acerca das teorias de poder.

3 | RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os conceitos sobre Poder se desenvolveram ao longo dos tempos por escolas de pensamento estrutural-marxista (de orientação objetivista) e pluralista (de orientação subjetivista). O estrutural-marxista parte de uma análise sistêmica da sociedade, enfatizando que o comportamento individual é resultado de circunstâncias e relações objetivas que condicionam as ações dos indivíduos (POULANTZAS, 2009; OFFE, 1984). O pluralista considera que os indivíduos atuam com certo grau de liberdade, possuindo consciência de suas condutas as quais atribuem racionalidade (DAHL, 1970; BACHRACH; BARATZ, 1969; LUKES, 1980).

Por este fio condutor, foram extraídas as ideias principais dos seguintes teóricos: Max Weber, Jurgen Habermas, Hanna Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Furtado (2013) refere que no mundo dos conceitos o poder tem sempre uma concorrente: a violência. Entretanto, algumas vezes eles são usados indistintamente, pois ocupam o mesmo campo semântico. Desde então, de acordo com aquele, poder e violência encontram-se numa luta acerca da supremacia conceitual – com algumas vantagens do lado do poder. Encontra-se nesse dilema conceitual uma indecisão, e como sempre, atrás de tal indecisão há um grave problema filosófico. A tradição clássica do pensamento político retoma idealmente à explicação que T. Hobbes dá ao Estado como produto da renúncia que os homens, no estado de natureza – “guerra de todos contra todos” – estabelecem a partir de um pacto social, buscando a garantia da autopreservação individual e da paz social. O contrato se apresenta como a única saída possível: ele monopoliza o poder na mão do soberano. O poder serve aqui a um propósito positivo: ele domina o medo de uns diante dos outros e pacifica suas relações.

De acordo com Weber (2011), para explicar a relação de dominação, estabelecem-se três razões que a justificam, existindo, portanto, três fundamentos da legitimidade, de poder:

- Poder tradicional – que o patriarca ou senhor de terras, outrora, exercia. Relacionado aos costumes e hábito, enraizado nos homens de respeitá-lo.
- Poder carismático – a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo. Alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas ou qualidades exemplares que fazem dele o chefe.
- Poder legal – a autoridade que se impõe em razão da “legalidade”, em razão da crença ou da validade de um estatuto legal.
- Max Weber define o poder como a possibilidade de impor a própria vontade.

de ao comportamento alheio. Concebe, portanto, o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. E, por conseguinte, entende por política o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. O Estado consiste, então, em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada na violência legítima. Ele só pode existir, entretanto, sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores (FURTADO, 2013).

Todavia, de acordo com Weber (2011), o conceito de “poder” é sociologicamente amorfo. Todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem pôr alguém em condições de impor sua vontade, numa dada situação dada. Por isso, o conceito sociológico de dominação deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem.

Em resumo, impor a própria vontade é o conceito de poder de Weber. O pensador parte de uma idéia que relaciona um fato a sua causa (modelo teleológico de ação): um sujeito individual (ou um grupo, que pode ser considerado como um indivíduo) se propõe um objetivo e escolhe os meios apropriados para realizá-lo. O sucesso da ação consiste em provocar no mundo um estado de coisas que corresponda ao objetivo proposto. Assim, o sucesso depende do comportamento do outro sujeito, e, portanto, deve o sujeito deter meios que induzam no outro o comportamento desejado. É essa capacidade de disposição sobre os meios que permitem influenciar a vontade de outrem que Max Weber denomina como poder (FREITAG; ROUANET, 1993).

Contra esta tradição weberiana de poder, Hanna Arendt entra em cena com uma “nova velha” forma de se pensar a relação de poder. Na tentativa de romper com a imprecisa relação entre poder e violência, Hannah Arendt coloca em jogo uma nova variável, a ação comunicativa, que se opõe diretamente a ação estratégica – modelo teleológico¹ da ação - idealizada por Weber (ARENDR, 2016).

A noção de poder defendida por Hannah Arendt está ancorada, inicialmente, na distinção entre o mundo político e o mundo social, entre a esfera pública e a esfera privada. A noção de esfera pública pode ser vista apenas como o lugar em que se reflete o que há de comum entre todos os homens e não os seus lugares específicos no mundo (ARENDR, 2013), o espaço em que permeia a igualdade e não a desigualdade, o espaço da divergência, mas não do conflito, do diálogo, mas não do domínio. Arendt (2013) qualifica o mundo social de pré-político e o mundo político como um espaço habitado apenas por indivíduos socialmente indeterminados.

Para Hannah Arendt, o poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou de fazer algo, como unir-se a outros e atuar em concordância com eles. O fenômeno fundamental do poder não consiste na instrumentalização da vontade alheia

1 Relaciona um fato com sua causa final (diz-se de argumento, explicação ou conhecimento).

para os próprios fins, mas na formação de uma vontade comum, numa comunicação orientada para o entendimento recíproco. Portanto, o poder origina-se do fato de que os participantes se orientam para o entendimento recíproco e não para o seu próprio sucesso.

O poder, sendo uma ação política, é um fim em si mesmo, cujo sentido último é sempre a interação entre os homens, o poder não pode ser avaliado pelo seu trabalho final, apenas valorizado por si (ARENDDT, 2016).

Critica a teoria política tradicional devido à assimilação dos termos poder e violência, pois para ela, poder e violência são opostos, onde um domina o outro está ausente. Contudo, tal distinção seria insuficiente, uma vez que não daria conta de outras dimensões da realidade. Hannah Arendt procura diferenciar violência e poder de força, vigor e autoridade. O conceito de vigor caracteriza uma realidade focada no indivíduo - não política - inerente a uma coisa ou a uma pessoa. O vigor pode ser comumente uma ameaça ao poder. A força refere-se aos impactos coletivos que os movimentos sociais podem gerar sobre a sociedade e sobre o fenômeno do poder. Violência, mais próxima do conceito de vigor, não caracteriza nenhum ato coativo, mas apenas aqueles que operam sobre o corpo físico do oponente, matando-o, violando-o. Concluindo, o conceito de autoridade, de acordo com Hannah Arendt, descreve o conceito mais capcioso dos fenômenos políticos, porque descreve uma realidade aparentemente paradoxal. De um lado, descreve uma relação hierárquica de mandar e obedecer. Todavia, não caracteriza uma relação de violência. Em contrapartida, não funciona por meio da persuasão, uma vez que não é uma relação igualitária, mas sim hierarquizada, quem obedece, o faz por “respeito”. Nesse sentido, portanto, o poder funda, ou legitima a autoridade (FURTADO, 2013).

O pensamento de Hannah Arendt (2016) transita entre dois pontos: poder e violência. Sua análise rejeita e ignora uns sem-números de relações sociais que permeiam o mundo político, que não são caracterizadas pelo consentimento ou pela violência, e sim pela luta em torno de interesses incompatíveis.

Novos conceitos que expliquem essas práxis, afora as teorias tradicionais do pensamento político e por Hannah Arendt. É necessário conceituar as relações de poder de maneira mais realista e conseqüentemente com mais aplicabilidade social (FURTADO, 2013).

De acordo com Habermas, há relação entre a teoria tradicional de poder e a nova visão de Arendt. É a relação de poder e suas espécies. Afirma a relação complementar entre o poder gerado no mundo da vida e aquele referente ao mundo sistêmico, relação mediada através do direito. Segundo Habermas, o poder político não pode ser considerado apenas em seus aspectos comunicativos, assim como também não pode ser pensado apenas como resultante de uma ação estratégica. A posse do poder é condicionada por um processo de competição, portanto, sua aquisição é orientada através da ação estratégica. A ação estratégica se manifesta, nesse sentido, nas lutas pelo poder, na concorrência por posições vinculadas ao poder legítimo (FREITAG;

ROUANET, 1993; PRADO, 2015).

Todavia, antes de conceituar a relação de poder, Habermas propôs uma mudança de paradigma, a partir do abandono de uma visão egocêntrica do mundo, fundamentando-se no conceito de descentralização de Piaget. Segundo Habermas, e diferentemente de Hannah Arendt, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em um mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (PRADO, 2015).

O cerne da teoria² de Habermas está nessa confiança na capacidade das pessoas, argumentando construir consensos verdadeiros em condições de liberdade. Sugere sutilmente uma forma de atuação política expandindo a ação comunicativa, de forma a restringir a importância das ações estratégicas que se desenvolvem no âmbito do sistema, seja Estado ou Economia. A teoria de Habermas propõe um novo paradigma para se compreender a relação dicotômica entre comunicação e ação estratégica, e consequentemente um novo paradigma para se compreender as relações de poder. Porém é uma que recusa de um caráter histórico e social da razão e por isso mesmo, da verdade. Ademais, entende as relações de poder apenas no âmbito das instituições estatais (PINTO, 1995).

Michel Foucault e Pierre Bourdieu trespassaram a fronteira tradicional do pensamento político, a percepção do poder pelas vias das instituições estatais. A contribuição destes filósofos é relacionada à visão das relações de poder para além das relações vinculadas à economia e ao Estado.

Ambos foram professores do *Collège de France*, e se encontravam regularmente. Partilhavam interesses em relação ao campo em que trabalhavam e sobre questões políticas. Todavia, eram bastante distintos em termos de experiência, antecedentes, contextos e circunstâncias. A posição que ocupavam no campo, do estilo de vida intelectual, do posicionamento epistemológico era diferente (FURTADO, 2013).

Cappelle, Melo e Brito (2005), afirmam que os debates sobre o poder o têm enfocado em sua forma hegemônica, ou seja, têm se preocupado, principalmente, com a obtenção e detenção do poder. Entretanto, o poder também pode ser analisado sob um aspecto que enfatiza o seu exercício.

Entretanto, na contemporaneidade, o poder pode ser compreendido como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos; e não como um estado mental (FOUCAULT, 2015).

Abordagens foucaultianas acerca do poder, de acordo Clegg (1993), têm por base a essência de Maquiavel e em sua pretensão interpretativa relativamente às estratégias do poder, direcionando o foco de quem o possui para os efeitos de sua utilização efetiva. A aproximação entre o exame foucaultiano e o de Maquiavel é feita

2 Teoria da comunicação desenvolvida pelo filósofo alemão Jurgen Habermas com contribuições para a implementação do estado democrático de direito.

no que se refere a privilegiar as realizações locais e contingenciais em detrimento das realizações globais, ao deleite por alianças inconstantes e instáveis que se alteram constantemente ao longo do tempo, e à tendência de ambos os autores não acreditarem em qualquer poder central único, originário e decisivo, mas sim no caráter dinâmico e capilar das relações de poder que perpassam todas as esferas sociais (CAPPELLE; MELO; BRITO, 2005).

É necessário captar o poder em suas extremidades, nas quais ele se torna capilar, longe das formas regulamentares, centrais e legítimas por meio das quais geralmente é estudado, ou seja, procura examinar como a punição e o poder de punir transformam numa realidade em instituições loco-regionais e nos discursos, podendo ser caracterizado como micro-poder, ou sub-poder. É preciso compreender como funciona esse processo de sujeição e dominação dos indivíduos apesar de não indicar explicitamente quem deseja dominar e seus motivos (FOUCAULT, 2015).

Acredita que a arte de governar, ou governamentalidade, envolve uma “pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado; multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel” (FOUCAULT, 2014, p. 44-45). Há, portanto, muitas formas de governo, na medida em que muitas pessoas podem governar: o chefe de família, a superiora de um convento, o professor em relação ao aluno, o mestre em relação ao discípulo. Pode-se mesmo entender que a qualquer um é possibilitado o exercício do poder, o que dependerá do contexto e da capacidade individual de produzir conhecimento e utilizá-lo em seu benefício. A governamentalidade, enfim, envolve o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, a qual tem por alvo a população e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança e um conjunto de saberes.

A aceitação do caráter relacional, contingencial e localizado do poder, bem como o fato de as relações por ele engendradas serem capazes de criar objetos de conhecimento, faz com ele que seja encarado como o desejo de conhecer, como algo criativo, e não apenas negativo (FOUCAULT, 2014).

Pela concepção de poder cunhada por Foucault, permite-se considerar múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre os próprios sujeitos e sobre os outros, e de institucionalização, as quais remetem a diferentes formas de poder, de possibilidade de ação sobre a ação dos outros (FOUCAULT, 2015).

Na visão foucautiana, permite-se ampliar a visão funcionalista de que todo o poder presente nas organizações é ilegítimo e informal, reconhecendo sua existência como indissociável de qualquer prática social e ressaltando seus aspectos positivos.

Foucault nunca teve a pretensão de elaborar uma teoria acerca do poder pois este nunca foi seu objeto de estudo. No entanto, a temática poder se estende por toda sua obra, sob as mais variadas formas, surgindo como um problema metodológico.

Foucault está interessado no modo pelo qual o poder se exerce. Este filósofo parte de uma abordagem histórica, cunhando tanto o termo Poder Disciplinar quanto o termo Biopoder. Ambos, de fato possuem focos, meios e pontos de aplicação diferentes. Entretanto, partilham o mesmo núcleo, ao afastar a noção de poder do eixo tradicional, o conceito de poder se afasta da idéia de repressão e de lei tornando-se emancipatório, relacionando-se a condição de liberdade. Foucault percebe o poder enquanto produtividade, enquanto produto do conhecimento. Afasta-se, portanto das compreensões ideológicas do poder, aproximando-se da concepção de saber. O que está na base do poder são os instrumentos de formação e acúmulo de saber. O poder institucionaliza a verdade; somos submetidos pelo poder a produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade (FOUCAULT, 2010).

Entretanto, para Bourdieu as relações de poder vão para além de desempenhos e discursos. Para ele, o discurso não só não provoca a ação como não a explica, como nem sequer explica a si próprio. Busca no campo das divergências de interesses ou hábitos mentais entre indivíduos o princípio explicativo daquilo que acontece no “campo das possibilidades” estratégicas. Bourdieu define um novo conceito de poder, “o poder simbólico, um poder invisível o qual somente pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2015).

A base do seu conceito de poder é ligada a construção do conceito de campo e habitus que se constituem respectivamente de uma estrutura social e de esquemas de percepção, pensamento e ação. Essa idéia supera a dicotomia entre o interno e o externo, entre o saber e o poder. Abarca o agente tanto quanto a estrutura, o discurso e a ação, respeitando não só suas lógicas diferentes como também antagonistas. O poder opera no campo, portanto, através da violência simbólica, culminando num processo de reprodução social entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 2011).

O trabalho de Pierre Bourdieu é abrangente e firmou-se ao longo dos últimos anos por sua inovação na escolha dos objetos de análise (sistemas de ensino, processos de reprodução, lógicas de distinção); na atenção aos fenômenos de percepção social, produção simbólica e relações informais de poder; nos conceitos-chave que desenvolveu: noção de *habitus*, capital simbólico e campo (BOURDIEU; PASSERON, 2016).

Com finalidade de expor as relações de poder atreladas a realidade social ou em um campo social, de dominação de classes nas sociedades capitalistas, P. Bourdieu mantém o pacto de revelar as formas implícitas defendendo a teoria, segundo a qual, a classe dominante não domina completamente e não força seus dominados a se conformarem com a dominação. Bourdieu assevera a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes (ou campos dominantes) recebem as benesses de um capital simbólico, propagado e refletido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes confere a possibilidade de exercer o poder (BOURDIEU, 2015).

Esses símbolos são instrumentos por excelência da integração social e tornam

possível se obter o consenso acerca do sentido do mundo social o qual contribui essencialmente para a reprodução da ordem social dominante. O poder simbólico consiste num “...poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p.35-36).

A visão de Bourdieu diferencia-se no que se refere à introdução da noção dos sistemas simbólicos, sistemas de comunicação e conhecimento cujo poder serve à construção da realidade. Realidade esta que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo social, ou seja, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, tornando possível a concordância entre os atores sociais. Desta feita, excede a tradição funcionalista e defende a análise estrutural como instrumento metodológico para captar a lógica específica das formas simbólicas, por meio do isolamento da estrutura imanente a cada produção simbólica. Ou seja, estruturadas, tais como a língua, a cultura, o discurso ou a conduta, por exemplo, funcionam como intermediários estruturados construídos para explicar a relação entre objeto simbólico e sentido.

Bourdieu e Passeron (2016) afirmavam que as produções simbólicas, por sua vez, funcionam como instrumentos de dominação porque contribuem para:

- A integração real das classes dominantes, distinguindo-as das outras classes;
- A desmobilização das classes dominadas;
- A legitimação da ordem estabelecida, mediante o estabelecimento de distinções (hierarquias); e
- A legitimação das distinções.

Segundo Bourdieu (2015), a cultura dominante é que produz essa ideologia, disfarçando a função de divisão na função de comunicação da seguinte forma: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. Nesse ínterim, para que tudo isso aconteça, Bourdieu (2015) afirma ser necessária a presença de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais. Entre as instituições que contribuem para essa reprodução, o autor assinala os ritos de instituição que criam separação entre os “iniciados” e os “não-iniciados”. Digo de nota é que o autor não nega a presença de conflitos. Para ele, a estruturação das mentalidades, ou seu processo de construção, implica aceitar a presença de luta nos campos de poder.

Nesse sentido, as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta simbólica para imporem a definição do mundo social em conformidade com seus interesses, formando um campo das posições sociais (BOURDIEU, 2015).

A noção de campo social, conforme Bourdieu e Passeron (2016), representa um

campo de forças imposto aos agentes que nele se encontram e um campo de lutas, no qual esses agentes lutam com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura desse campo. O campo consiste, portanto, numa estrutura de relações sociais, num espaço socialmente estruturado, cujos limites só podem ser determinados em cada situação.

Capelle, Melo e Brito (2005), afirmam que a noção de campo de poder pode contribuir para problematizar o tema da ação social e das estruturas nos estudos organizacionais, porque o autor desenvolve uma filosofia da ação cujo ponto central é a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as estruturas incorporadas (o que o autor denomina de *habitus*).

O *habitus* é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, pelo qual se indica a disposição incorporada e quase postural de um agente, os princípios geradores e organizadores de suas práticas, captados quando da sua ação (BOURDIEU; PASSERON, 2016). Trata-se de um saber prático das leis tácitas de funcionamento social adquiridos pela socialização praticada em um determinado campo, ou espaço social global.

O *habitus*, segundo Wacquant (2007), é uma composição de relações históricas depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação, ao passo que um campo de poder é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas, relacionadas a certas formas de poder (tipos de capital). Percebe-se, portanto, que ao considerar as relações de poder sob a perspectiva de Bourdieu (2015), deve-se compreender as estruturas objetivas presentes nos campos sociais e as estruturas incorporadas (*habitus*) dos sujeitos.

Há uma aproximação da noção de poder em Bourdieu e Foucault quando Misocsky (2002, p.52) declarar que “Como Foucault, Bourdieu vê o poder como difuso e oculto em modos de ver e descrever o mundo amplamente aceitos e, frequentemente, não questionados”. Afirmar ainda que (MISOCZKY, 2002, p. 53), “diferente de Foucault, Bourdieu relaciona esse poder difuso e simbólico ao poder político e econômico (sem reduzi-los), ressaltando sua função eminentemente legitimadora.” Foucault, procura entender o poder do ponto de vista de seus efeitos, sem que, necessariamente, possua uma base, seja ela política, econômica ou social.

Ou seja, remetendo à classificação elaborada por Hardy e Clegg (2001), os estudos de Bourdieu e Foucault inserem-se entre aquelas novas linhas de trabalho nas quais se questiona tanto a perspectiva funcional como a teoria crítica modernista, na tentativa de serem mais abrangentes na compreensão das relações de poder no espaço organizacional.

4 | CONCLUSÃO

Uma nova luz foi introduzida nas investigações acerca das relações de poder

e nas relações políticas no momento em que Hanna Arendt e Jürgen Habermas divulgaram suas reflexões e pesquisas. Contudo, suas teses não incorporam determinadas dimensões as quais Foucault e Bourdieu retomam. Arendt e Habermas ignoram determinantes e condicionantes sociais que acabam por definir as relações de poder, enquanto, também, relações sociais. Foucault considera, por exemplo, a construção histórica da verdade pois que conduz a variadas formas de se pensar as relações de poder. Bourdieu considera o ângulo da reprodução social e da violência simbólica, observando que a reprodução do sistema de ensino como instituição autônoma permite, por sua vez, a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça como poder simbólico a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade. Desta maneira, sinaliza uma nova perspectiva de se compreender as relações de poder e, por conseguinte, a uma nova forma de tratar o conceito de Estado. Arendt e Habermas desprezam o fato de que as relações de poder trafegam num espaço mais consistente que a própria relação Estado-Sociedade.

Pierre Bourdieu e Michel Foucault sustentam, com uma nova interpretação do conceito de poder, uma abordagem distinta para o entendimento de densos fenômenos políticos subjacentes, como as diferentes de resistência e lutas políticas. Ao interpretar a ação humana e suas resultâncias para adiante da dimensão teleológica e ordenada do agir humano e do agir-comunicativo, é possível perceber como os conflitos são pertencentes a um nível mais abrangente da realidade social. O discernimento de 'simbólico' e 'micro-poderes' propicia entendimento de divergências para além da orientação clássica da violência física, encarando-os por uma perspectiva transdisciplinar.

A pretensão deste trabalho não foi dar uma resposta definitiva sobre o debate em torno dos conceitos de poder, pois a complexidade deste tema alberga intrincados em que uma síntese explicativa não pode estabelecer conclusões definitivas em tão poucas linhas. Entretanto, este ensaio, em sua aplicabilidade em nosso campo de saber, assume a dimensão do significado atribuído pelos diferentes sujeitos que interagem em seus diversos cenários, como por exemplo, como profissionais de saúde, professores e estudantes. Uma reflexão sobre relações de poder na prática de Enfermagem envolve aspectos das práticas cotidianas de ensino e da subjetividade dos atores nelas envolvidos. Nossa intenção inicial foi a de realizar um estudo organizado que embasasse futuras pesquisas acerca do poder que permeia as relações de ensino aprendizagem, pois se observa que as relações de poder na prática de ensino extrapolam os múltiplos processos que as constituem e as circunstâncias que determinam as formas de se pensar e de se agir em relação a elas.

REFERÊNCIAS

OBRAS CITADAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Edição de bolso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Decisions and nondecisions: an analytical framework. **American Political Science Review**, v. 57, n. 3, p. 632-642, 1963.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Portugal: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

BRAGHIN, S. O poder em relação: revisitando o conceito de poder em Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2263>>. Acesso em: 16 set. 2018.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C.; BRITO, M. J. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/193>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CLEGG, S. R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 5, p. 68-95, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n5/a08v32n5>>. Acesso em 25 nov. 2018.

DAHL, R. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, M. S. (Org.), **Sociologia Política II**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

FREITAG, B.; ROUANET, S. P. **Habermas**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica (curso dado no Collège de France 1978-1979)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 260-289.

LUKES, S. **O poder: uma visão radical**. Tradução de Vamireh Chacon. Brasília: UnB, 1980.

MELO, M. C. O. L. **Estratégias do trabalhador informático nas relações de trabalho**. 1991. 411 f. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

MISOCZKY, M. C. A. O poder na metáfora do jogo: uma leitura de Bourdieu e Matus influenciada por Gadamer. In: MISOCZKY, M. C. A. **O campo da saúde após a Constituição de 1988**: uma narrativa de sua produção social. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

FURTADO, L. As diferentes abordagens do conceito de poder: um estudo comparativo entre Weber, Hanna Arendt, Habermas, Foucault e Bourdieu. In: VI Congresso de Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação, 6., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013. p. 1-11.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 140-177.

PINTO, J. M. R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 8-9, p. 77-96, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2018.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PRADO, J. L. A. **Habermas com Lacan**: introdução crítica à teoria da ação comunicativa. São Paulo: EDUC (Livros Digitais), 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63-71, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

WEBER, M. A política como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

OBRAS CONSULTADAS

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A. **A luta da Enfermagem por um espaço na universidade**. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ, 1997.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A. A Enfermagem na universidade brasileira: buscando espaços, conquistando posições. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-30, 2000.

BAPTISTA, S. S. Dificuldades de integração à universidade sentidas pelos estudantes do ciclo pré-profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 41, n. 3-4, p. 205-210, 1988.

CUNHA, M. A. A. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1820>>. Acesso em 19 dez. 2018.

CUNHA, T. R. A. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Bahia: Edições UESB, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTAR, F. N.; OLIVEIRA, B.; MOTTA, S. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MELO, M. C. O. L. Estratégia do(s) empregado(s) no cotidiano das relações de trabalho: a construção de processos de auto-regulação. In: DAVEL, E.; VASCONCELLOS, J. (Org.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 168-186.

MELO, M. C. O. L. **Gerência feminina nos setores industrial e bancário**: o conservador internalizado versus o moderno em construção. In: XXXVII Assembleia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração - CLADEA, 37., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Goiás: UFG, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIKMUND, W. G. et al. **Business research methods**. 9.ed. United States of America: Cengage Learning US, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125